

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROVA DE CONHECIMENTOS

14/07/2019

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

ATENÇÃO: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES.

- 1 Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se houver algum defeito dessa natureza, solicite ao aplicador de prova para entregar-lhe outro exemplar.
- 2 Este caderno contém **60 questões** objetivas. Cada questão apresenta **quatro** alternativas de resposta, das quais apenas **uma** é correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta que julgar correta.
- 3 O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique-o ao aplicador de prova.
- 4 Preencha integralmente um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. Dupla marcação resulta em anulação da questão.
- 5 Esta prova terá a duração de **quatro** horas, incluídos nesse tempo os avisos, a coleta de impressão digital e a transcrição para o cartão-resposta.
- 6 Iniciada a prova, você somente poderá retirar-se do ambiente de realização da prova após decorridas **duas** horas de seu início e mediante autorização do aplicador de prova, sendo terminantemente vedado ao candidato sair com quaisquer anotações. Somente será permitido levar o caderno de questões após **três** horas do início das provas, desde que permaneça em sala até esse instante.
- 7 Os **três** últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer no recinto, sendo liberados após a entrega do material utilizado. Os candidatos terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual irão colocar suas respectivas assinaturas.
- 8 Ao terminar sua prova, entregue, obrigatoriamente, o cartão-resposta ao aplicador de prova.

ECA**— QUESTÃO 01 —**

Dentre os princípios e as disposições preliminares que regem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), têm-se que:

- (A) o direito à saúde e à educação é dever assegurado à criança e ao adolescente apenas pela família.
- (B) a proteção integral ao menor abandonado está disposta nesse estatuto.
- (C) a privação de liberdade do adolescente leva em consideração sua condição peculiar de desenvolvimento.
- (D) o princípio da relativa prioridade é a diretriz central desse estatuto.

— QUESTÃO 02 —

De acordo com o ECA, é assegurado à gestante o direito

- (A) a acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.
- (B) a atendimento em rede particular de saúde.
- (C) à licença-maternidade por seis meses.
- (D) à redução da carga horária de trabalho nos dois meses anteriores e nos quatro meses subsequentes ao parto.

— QUESTÃO 03 —

Sobre a convivência familiar e comunitária, o ECA assegura à criança e ao adolescente que estes

- (A) serão criados e educados no seio de sua família, preferencialmente, em família substituta.
- (B) serão avaliados em face de sua situação familiar, a cada dois meses, quando estiverem inseridos em programa de acolhimento familiar ou institucional.
- (C) serão incluídos em programa de acolhimento institucional por no máximo um ano.
- (D) terão garantida a convivência com os pais privados de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável.

— QUESTÃO 04 —

Segundo o ECA, na seção “Crimes em espécies”, é punível, com pena de reclusão, a pessoa que:

- (A) submeter a criança ou o adolescente a vexame ou constrangimento, quando sua autoridade, guarda ou vigilância forem questionadas.
- (B) prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa.
- (C) privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão, sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente.
- (D) impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária ou membro do Conselho Tutelar.

— QUESTÃO 05 —

Nos termos do ECA, considera-se infração administrativa contra crianças e adolescentes:

- (A) hospedá-los, sem autorização escrita dos pais ou de autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres.
- (B) transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo em horário diverso do autorizado, mesmo com aviso de sua classificação.
- (C) anunciar peças teatrais, filmes ou quaisquer representações ou espetáculos, mesmo com indicação dos limites de idade, que não são recomendados.
- (D) divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.

— QUESTÃO 06 —

De acordo com a divisão de atribuições do ECA, é vedado ao Conselho Tutelar:

- (A) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente.
- (B) conceder a remissão como forma de exclusão do processo.
- (C) providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária.
- (D) encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.

— QUESTÃO 07 —

Conforme o conceito trazido pelo ECA, a família substituta é aquela que:

- (A) é entendida como a comunidade formada pelos pais ou quaisquer deles e seus descendentes.
- (B) recebe temporariamente uma criança ou adolescente em seu lar.
- (C) estende-se para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- (D) recebe o menor, de maneira excepcional, por meio de qualquer uma das três modalidades possíveis, que são: guarda, tutela e adoção.

— QUESTÃO 08 —

De acordo com o ECA, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a

- (A) responder pela concessão e manutenção da rede de saúde assistencial.
- (B) reconhecer os integrantes da rede sócio assistencial, por meio do vínculo SUAS.
- (C) manter registro das atividades desenvolvidas, por meio de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos.
- (D) manter alojamento destinado à guarda do recém-nascido até os dois meses de vida.

— QUESTÃO 09 —

O ECA prevê direitos culturais da criança e adolescente, como se segue:

- (A) o poder público, por meio do órgão competente, regulará as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles e as faixas etárias a que se recomendem.
- (B) as crianças menores de doze anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição de espetáculos quando acompanhadas dos pais ou do responsável.
- (C) os pais, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, vedado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas.
- (D) no caso de a criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é dispensável que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural.

— QUESTÃO 10 —

No Brasil, a partir dos fundamentos e princípios definidos pelo ECA, o ensino religioso é um direito da criança e

- (A) integra a formação básica do cidadão, constituindo disciplina de matrícula obrigatória no ensino fundamental.
- (B) constitui disciplina do ensino fundamental oferecida no horário escolar regular, assegurando-se a sua formação cristã.
- (C) inclui-se na formação básica fundamental do cidadão como disciplina de matrícula facultativa, assegurando-se o respeito à diversidade religiosa.
- (D) impõe-se no ensino fundamental, com caráter proselitista para a formação cristã e ética do cidadão.

— QUESTÃO 11 —

Ao aluno da educação básica é garantido atendimento educacional escolar público

- (A) no espaço privado, quando, por deliberação da família, estiver afastado da escola por tempo prolongado.
- (B) no espaço educacional de funcionamento regular da escola, quando afastado para tratamento de saúde domiciliar prolongado.
- (C) no espaço destinado ao seu tratamento de saúde, durante o período de internação hospitalar prolongado.
- (D) no espaço domiciliar, quando, por determinação dos pais, não for matriculado em escola regular.

— QUESTÃO 12 —

Os estabelecimentos de ensino, no exercício de suas responsabilidades educacionais, têm por obrigação comunicar às autoridades públicas situações de irregularidades. Assim, de acordo com o ECA, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental devem

- (A) notificar ao conselho tutelar a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 70% do percentual permitido em lei.
- (B) comunicar ao conselho tutelar os casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- (C) informar ao juiz de direito quando o aluno regularmente matriculado, sem comunicar à escola, deixar de comparecer às aulas durante mais de dez dias consecutivos.
- (D) denunciar ao delegado de polícia local quando o aluno matriculado não estiver comparecendo regularmente às aulas, por longo período.

— QUESTÃO 13 —

A abrangência da educação inclui processos formativos além do ambiente específico das instituições de ensino. De acordo com os princípios gerais do ECA, esses processos

- (A) são realizados no âmbito dos movimentos sociais e são considerados processos proselitistas.
- (B) limitam-se ao âmbito familiar, visando à formação do cidadão.
- (C) são experimentados no âmbito das manifestações culturais, notadamente na cultura de rua.
- (D) limitam-se à convivência humana, nas organizações da sociedade civil.

— QUESTÃO 14 —

O ECA prevê que o Conselho Tutelar, ao ter notícia de que pessoa encarregada de cuidar de crianças ou adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los, utiliza castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pode aplicar a seguinte medida:

- (A) encaminhar a vítima a programa oficial ou comunitário de proteção à família.
- (B) determinar ao agressor atividade de prestação de serviço comunitário.
- (C) ordenar o encarceramento do agressor e prestar assistência psicológica à vítima.
- (D) destituir o poder familiar ou a guarda e colocar a criança em família de acolhimento.

— QUESTÃO 15 —

A diversidade sociocultural é protegida pela legislação brasileira. No que diz respeito à proteção da criança e do adolescente,

- (A) o ECA considera as crianças e adolescentes culturalmente iguais, dispensando-lhes tratamento indistinto em todas as situações.
- (B) a legislação brasileira determina que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, ainda que incompatíveis com os direitos constitucionais fundamentais.
- (C) a legislação brasileira reconhece a diversidade cultural, mas impõe que a criança indígena afastada da família deve ser retirada da tribo e colocada em ambiente civilizado.
- (D) o ECA respeita a diversidade cultural e determina a colocação familiar de criança quilombola prioritariamente na sua comunidade.

— QUESTÃO 16 —

A adoção de criança e adolescente é disposição regulamentada pelo direito brasileiro, sendo medida

- (A) revogável, à qual se deve recorrer quando a família natural não tiver recursos financeiros necessários para a manutenção da prole.
- (B) excepcional, à qual se deve recorrer quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou do adolescente na família natural ou extensa.
- (C) excepcional, na qual prevalecem os interesses dos pais biológicos quando ocorrem conflitos entre esses e os direitos e interesses dos adotados.
- (D) relativa, que atribui a condição de filho adotado com direitos sucessórios diversos daqueles dos filhos biológicos legítimos.

— QUESTÃO 17 —

O ECA disciplina a atuação do Conselho Tutelar, atribuindo-lhe competências para, quando entender necessário,

- (A) solicitar o afastamento da criança do convívio familiar, comunicar ao Ministério Público o fato, os motivos e as providências para o apoio e a promoção social da família.
- (B) suspender temporariamente a visita ao adolescente internado, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de prejudicialidade aos interesses dele.
- (C) determinar, se for o caso, que o adolescente que tenha cometido ato delituoso restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.
- (D) privar o adolescente de sua liberdade, guardando-o em lugar seguro e sigiloso, independentemente da autoridade judiciária competente, quando a família assim autorizar.

— QUESTÃO 18 —

O ECA prevê infrações administrativas e sanções a que se sujeitam os profissionais quando junto a crianças e adolescentes. Dentre as condutas infracionais estão:

- (A) deixar de apresentar à autoridade judiciária de seu domicílio, no prazo de cinco dias, adolescente trazido de outra comarca para a prestação de serviço doméstico, mesmo que autorizado pelos pais.
- (B) deixar de divulgar, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.
- (C) exhibir, em casas de espetáculos, filme, trailer, peça, amostra ou congêneres classificados pelo órgão competente como inadequado às crianças ou aos adolescentes.
- (D) ocultar da mídia fotografia de adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a impedir sua identificação.

— RASCUNHO —

MEDIDAS DE PROTEÇÃO**— QUESTÃO 19 —**

Um conselheiro tutelar, ao visitar um hospital municipal de atendimento infantil, deparou-se com um estado calamitoso: crianças deitadas em cadeiras na sala de espera, outras no chão, funcionários desorientados, pais em pânico. Nesse estado, o conselheiro pode:

- (A) mandar prender o diretor do hospital.
- (B) encaminhar os menores a um abrigo.
- (C) requisitar informações ao secretário de saúde.
- (D) notificar os pais dos menores.

— QUESTÃO 20 —

Uma mãe procura o conselho tutelar informando que, há uma semana, tenta conseguir atendimento, sem obter sucesso, para seu filho menor, que está em estado febril. Nesse caso, o conselheiro deve:

- (A) encaminhar a mãe para a ouvidoria da secretaria de saúde para registrar sua reclamação.
- (B) custear, com verbas do fundo financeiro do conselho, o tratamento do menor em rede privada de atendimento hospitalar.
- (C) advertir a mãe de que ela pode sofrer penalidades, se não conseguir atendimento para o filho.
- (D) requisitar tratamento médico ao menor em rede hospitalar municipal.

— QUESTÃO 21 —

O Conselho Tutelar foi procurado por vizinhos de dois menores de doze anos de idade para informar que estes sofrem maus-tratos praticados pelos pais dependentes químicos. A medida que deve ser adotada pelo conselheiro para lidar com essa situação é:

- (A) encaminhar os menores a família substituta.
- (B) destituir os pais do poder familiar.
- (C) requerer acompanhamento psicológico para os menores.
- (D) adotar acolhimento institucional.

— QUESTÃO 22 —

Um garoto nascido no ano 2000 procura o conselho dizendo ser vítima de abuso sexual. Nesse caso, o conselheiro deve:

- (A) encaminhar o garoto para um abrigo institucional.
- (B) orientar o garoto a procurar uma delegacia e registrar a ocorrência policial.
- (C) chamar os pais do garoto para assinarem termo de responsabilidade.
- (D) mandar o garoto de volta para casa, pois o atendimento é de responsabilidade de outrem.

— QUESTÃO 23 —

Um diretor de colégio procura o Conselho Tutelar para alertar que um menino de dez anos não tem frequentado as aulas há mais de um mês. A conselheira tutelar então

- (A) orienta a diretora a expulsar o aluno do colégio, pois este tem cometido infração grave em não comparecer às aulas.
- (B) orienta a diretora a convocar uma reunião com os pais para alertar sobre a frequência obrigatória do filho.
- (C) convoca os pais para orientá-los sobre a importância da frequência escolar e para assinar termo de responsabilidade.
- (D) convoca os pais para destituí-los do poder familiar.

— QUESTÃO 24 —

Um cidadão procurou o Conselho Tutelar e disse que gostaria de ensinar sua filha de dez anos em casa, pois, segundo ele, a escola é um local inapropriado. O conselheiro deve dizer a esse pai que o ensino familiar

- (A) é possível somente para crianças de até oito anos.
- (B) é vedado no país, até o presente momento, o que impossibilita a retirar a filha da escola.
- (C) é permitido somente para pais que cursaram pedagogia.
- (D) é o modelo mais adequado para crianças de dez anos de idade.

— QUESTÃO 25 —

Um advogado procura o Conselho Tutelar e solicita que o conselheiro homologue um acordo firmado entre os pais de um menor para que o genitor se afaste do convívio familiar. Assim, o conselheiro

- (A) está impossibilitado de homologar o acordo, por força de lei.
- (B) deve homologar o acordo, em atendimento à sua obrigação legal.
- (C) deve homologar o acordo após ouvir a criança ou o adolescente.
- (D) deve redigir o acordo, ele próprio.

— QUESTÃO 26 —

Um conselheiro tutelar, em dia de folga, presencia a cena em que uma criança é espancada por seu pai. Nesse caso, ele deve

- (A) encaminhar a criança a acolhimento provisório, sendo vedado dar voz de prisão ao pai.
- (B) procurar o Poder Judiciário e pedir uma ordem de intervenção judicial.
- (C) ignorar o fato, porque está em seu dia de folga.
- (D) encaminhar a criança a local seguro e dar voz de prisão ao pai; se necessário, deve solicitar apoio policial.

— QUESTÃO 27 —

Uma mãe diz à conselheira tutelar que está separada de fato do ex-marido e este a impede de ver os dois filhos menores. Nesse caso,

- (A) inexistente medida de proteção a ser adotada até que o divórcio seja formalizado judicialmente.
- (B) inexistente medida a ser adotada, pois o direito de visita só pode ser conferido judicialmente.
- (C) deve-se conferir à mãe o direito de convívio com os filhos, em atendimento ao melhor interesse da criança.
- (D) será possível o direito do convívio da mãe com os filhos se perdurarem por mais de dois meses o afastamento provocado pelo pai.

— QUESTÃO 28 —

Um guarda municipal presencia uma situação em que uma criança de sete anos perambula sozinha pela rua. A legislação faculta a esse guarda:

- (A) encaminhar a criança, diretamente, para uma casa de acolhimento institucional.
- (B) comunicar o Conselho Tutelar para a adoção de medidas de proteção cabíveis, após oitiva dos pais e responsáveis.
- (C) encaminhar a criança para a delegacia de atos infracionais, pois a situação se caracteriza como ato infracional.
- (D) ignorar a situação, por esta extrapolar a responsabilidade do Conselho Tutelar.

— QUESTÃO 29 —

Um cidadão diz que a colocação de criança indígena em família substituta branca é um procedimento simples e, para isso, basta a disponibilidade de acolhimento da família substitutiva. Esta afirmação

- (A) transgredir a lei, pois esse procedimento deve ser acompanhado pela Funai.
- (B) transgredir a lei, pois esta medida deve ser antecedida de acolhimento institucional.
- (C) atende a lei, pois a colocação em família substitutiva atende o melhor interesse do menor.
- (D) atende a lei, pois inexistente preferência da comunidade indígena para acolher, como família substitutiva, criança indígena.

— QUESTÃO 30 —

Um município do interior está sem conselheiro tutelar. Uma família procura a prefeitura denunciando um caso de maus-tratos à criança. Nesse caso, a medida protetiva pode ser

- (A) estabelecida de ofício pelo prefeito.
- (B) estabelecida de ofício pelo presidente da câmara municipal.
- (C) estabelecida de ofício pelo delegado de polícia.
- (D) determinada judicialmente pelo juiz de direito.

— QUESTÃO 31 —

Uma criança sofre de grave violência de seus avós, estando inclusive sob risco de morte. O Conselho Tutelar pode

- (A) determinar, de ofício, o acolhimento institucional, já que esta é a medida adequada para todo caso de violência.
- (B) solicitar ao delegado de polícia liberação para realização de acolhimento institucional.
- (C) encaminhar, urgentemente, a criança a unidade responsável por acolhimento institucional, devendo comunicar tal fato ao juízo em até 24 horas.
- (D) encaminhar a criança à delegacia de apuração de atos infracionais.

— QUESTÃO 32 —

Como fiscal da execução das medidas protetivas, um casal, responsável pelo acolhimento substitutivo, pediu orientação ao Conselho Tutelar de como adotar a criança após término do plano individual. O conselheiro deve dizer que:

- (A) a adoção é consequência automática do término do plano individual de acolhimento.
- (B) o casal deve procurar o Juizado de Infância e Juventude, pois a adoção é procedimento distinto de acolhimento.
- (C) a criança pode ser adotada se o plano de acolhimento for julgado como frustrado pelo juízo.
- (D) o acolhimento substitutivo já é uma forma de adoção.

— QUESTÃO 33 —

Uma mãe procura o Conselho Tutelar informando que seu filho está envolvido com tráfico de drogas em sua comunidade, e, por isso, tem praticado alguns pequenos roubos. Nesse caso, o Conselho Tutelar deve

- (A) determinar o acolhimento institucional do menor.
- (B) solicitar que a mãe assine termo de responsabilidade.
- (C) orientar o menor a deixar de praticar tais atos.
- (D) comunicar a autoridade policial sobre possível prática de crime por terceiros, além de ato infracional do menor.

— QUESTÃO 34 —

Para promover a atuação do Conselho Tutelar, um conselheiro decidiu divulgar os atendimentos em rede social. Essa atitude é:

- (A) ilegal, por ferir o princípio da intimidade da família.
- (B) ilegal, por ferir o princípio da publicidade.
- (C) legal, por ser a forma legítima de divulgação do conselho.
- (D) legal, por atender o interesse público.

— QUESTÃO 35 —

Uma professora procura o Conselho Tutelar informando sobre a dificuldade de relacionamento com um de seus alunos, que tem 13 anos de idade. A medida a ser adotada para o enfrentamento do problema é:

- (A) colocação do menor em família substitutiva.
- (B) acolhimento institucional do menor.
- (C) inclusão do menor em programa comunitário de participação social.
- (D) acolhimento familiar do menor.

— QUESTÃO 36 —

Segundo a legislação em vigor, os serviços especiais municipais de atendimento à criança ou ao adolescente visam à

- (A) orientação e ao tratamento psicológico ou psiquiátrico para menores vítimas de violência física, psíquica ou sexual.
- (B) colocação familiar.
- (C) internação em estabelecimento educacional.
- (D) identificação e localização de pais ou responsáveis por menores desaparecidos.

— RASCUNHO —

EDUCAÇÃO

Leia o texto a seguir para responder às questões de **37 a 41**.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), publicada em 1996, é a legislação principal da Educação brasileira. Como tal, ela estabelece as regras legais para funcionamento, organização e estruturação do sistema educacional. As questões que se seguem tratam exclusivamente das normas constantes nesta importante legislação.

— QUESTÃO 37 —

A LDB em seu Art. 1º, que disciplina a educação escolar, estabelece que esta se desenvolve predominantemente por meio

- (A) da pesquisa, em instituições acadêmicas.
- (B) do voluntariado, em instituições comunitárias.
- (C) do ensino, em instituições próprias.
- (D) de experiências, em instituições de pesquisa.

— QUESTÃO 38 —

A LDB, em seu Art. 4º, estabelece que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de

- (A) educação fundamental obrigatória e gratuita do zero aos dezessete anos de idade.
- (B) educação infantil gratuita às crianças de até seis anos de idade.
- (C) atendimento educacional especializado, custeado pelas famílias, aos educandos com deficiência.
- (D) acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria.

— QUESTÃO 39 —

A LDB, em seu Art. 5º, estabelece que o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo. Sendo assim,

- (A) o poder público deverá zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
- (B) à família é assegurado o direito de educar seus filhos em suas residências.
- (C) a matrícula no ensino fundamental e médio é facultativa.
- (D) o poder público fica isento de punição, caso seja comprovada a ausência de vagas.

— QUESTÃO 40 —

Na LDB, a matrícula dos alunos na educação básica é

- (A) facultativa para as crianças menores de sete anos de idade.
- (B) dever dos pais ou responsáveis.
- (C) condicionada à existência de vagas na rede pública.
- (D) dispensável, caso a família opte por uma educação domiciliar.

— QUESTÃO 41 —

A LDB, no parágrafo 4º do seu Art. 5º, estabelece que comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, ela poderá ser

- (A) perdoada diante da comprovação de falta de vagas.
- (B) condenada a pagar indenização às famílias.
- (C) considerada incapaz e, assim, ser liberada de suas responsabilidades.
- (D) imputada por crime de responsabilidade.

— QUESTÃO 42 —

De acordo com a Lei n. 10.639/2003, os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de:

- (A) Educação Moral e Cívica e de Direitos Humanos.
- (B) Educação Brasileira, de Geografia e de Sociologia.
- (C) Educação, de História Geral e de Sociologia da Educação.
- (D) Educação Artística, de Literatura e de História Brasileira.

— RASCUNHO —

SAÚDE**— QUESTÃO 43 —**

Dentre os direitos fundamentais da criança e do adolescente inscritos no Estatuto da Criança e do Adolescente está o direito à vida e à saúde. Em seu Art. 11 esse estatuto determina que

- (A) sejam estabelecidas ações de atendimento primário e secundário a crianças e adolescentes no Sistema Único de Saúde de forma que se tornem prioridade na promoção, proteção e atenção à saúde em todos os casos em que se demandem essas modalidades de atendimento.
- (B) seja garantida assistência à saúde a crianças e adolescentes no Sistema Único de Saúde nos casos em que haja risco de vida, resguardada a igualdade no atendimento para a devida proteção e a pronta recuperação da saúde.
- (C) seja assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.
- (D) sejam ofertados serviços que garantam a atenção em todos os níveis de atendimento a crianças e adolescentes, a fim de que o princípio da universalidade do atendimento no Sistema Único de Saúde seja plenamente cumprido.

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 44 —**

A Lei n. 13.798 de 3 de janeiro de 2019 acrescenta ao Estatuto da Criança e do Adolescente um artigo relativo ao direito à saúde. Trata-se do

- (A) Art. 8º-A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.
- (B) Art. 35. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.
- (C) Art. 28-B. Identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.
- (D) Art. 16. É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

— QUESTÃO 45 —

De acordo com o Art. 87 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são linhas de ação da política de atendimento:

- (A) serviços eventuais de orientação e apoio sócio-familiar relacionados à saúde, em casos de maus-tratos, negligência, exploração e abuso sexual.
- (B) serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.
- (C) serviços promocionais de educação em saúde objetivando a prevenção de toda forma de violência contra crianças e adolescentes.
- (D) serviços exclusivos de atendimento primário à saúde por meio de ações multiprofissionais e interdisciplinares.

— QUESTÃO 46 —

O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que seja assegurado às gestantes nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, cabendo ao poder público inclusive proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe no período pré e pós-natal. Essa assistência, de acordo com o parágrafo 5º do Art. 8º do ECA, deve ser prestada também a gestantes e mães que:

- (A) se encontrem em estado de depressão, uso de drogas ilícitas, bem como às mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para a adoção.
- (B) estejam em situação de vulnerabilidade social, que não contam com a presença de seus parceiros e familiares e que estejam em situação de privação de liberdade.
- (C) residam em famílias com história de violência doméstica e que estejam resistentes a aceitar o acompanhamento do conselho tutelar.
- (D) manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como aquelas que se encontrem em situação de privação de liberdade.

— QUESTÃO 47 —

O parágrafo 1º do Art. 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a vacinação das crianças é

- (A) obrigatória nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- (B) obrigatória nas regiões expostas a doenças sazonais.
- (C) obrigatória nas epidemias, mas facultativa nas demais situações.
- (D) facultativa, sendo realizada de acordo com a disponibilidade dos pais.

— QUESTÃO 48 —

O parágrafo segundo do Art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada deverão

- (A) atribuir a devida prioridade ao atendimento dos casos de violência contra crianças na faixa etária da primeira infância para as devidas providências legais e institucionais que assegurem o sigilo, acompanhamento domiciliar e multiprofissional.
- (B) estabelecer um plano de ação elaborado pela equipe multiprofissional em casos de confirmação de violência de qualquer natureza, buscando a imediata intervenção em rede, com prioridade de comunicação ao conselho tutelar e contato com a família.
- (C) conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar.
- (D) comunicar às instâncias superiores da unidade de saúde a constatação de casos de violência de qualquer natureza para que seja imediatamente estabelecido um plano de ação multiprofissional específico para cada situação e a realização da articulação em rede.

TRABALHO**— QUESTÃO 49 —**

A Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000, Lei do Menor Aprendiz, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu Art. 432 estabelece que

- (A) é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.
- (B) o contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de três anos.
- (C) a duração do trabalho do aprendiz não excederá seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.
- (D) o contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezessete anos, ou ainda antecipadamente por falta grave.

— QUESTÃO 50 —

O parágrafo 1º do Art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente define por trabalho educativo a atividade:

- (A) socioeducativa inserida no meio produtivo planejada para respeitar as especificidades da condição de ser em desenvolvimento.
- (B) laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.
- (C) produtiva em que esteja nela incorporada a atividade educativa que contribua para que o educando possa assegurar assim sua cidadania.
- (D) laboral socialmente útil que contribua de alguma forma para a família do educando e para a coletividade.

HABITAÇÃO**— QUESTÃO 51 —**

Leia o texto a seguir.

“O atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente [...] far-se-á através de: I - políticas sociais básicas de educação, saúde, alimentação, habitação, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras [...]”.

O texto apresentado está explicitado na

- (A) Lei Federal n. 8.069 de 13 de julho de 1990.
- (B) Lei Federal n. 10.097 de 19 de dezembro de 2000.
- (C) Lei Municipal n. 8.483 de 29 de setembro de 2006.
- (D) Lei Municipal n. 8.248 de 19 de janeiro de 2004.

— QUESTÃO 52 —

Qual é o serviço de proteção social inscrito na Política Nacional de Assistência Social que deve garantir proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido – para as famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário?

- (A) Serviço de proteção social básica.
- (B) Serviço de proteção social especial de alta complexidade.
- (C) Serviço de proteção social especial de baixa complexidade.
- (D) Serviço de proteção social especial de média complexidade.

SEGURANÇA**— QUESTÃO 53 —**

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a autorização para que a criança ou o adolescente viaje ao exterior é dispensada quando ela/ele viajar na companhia de

- (A) ambos os pais ou responsável.
- (B) um dos pais juntamente com avós ou responsável.
- (C) um dos pais juntamente com um colateral maior.
- (D) autoridade judiciária.

— QUESTÃO 54 —

Utilizar os dados provenientes do Sistema de Notificação das Violações de Direitos para monitorar a incidência e o atendimento das situações de risco pessoal e social pertinentes à assistência social é um inciso/artigo contido

- (A) na Lei Orgânica da Assistência Social.
- (B) no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (C) na Política Nacional de Assistência Social.
- (D) na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social.

ASSISTÊNCIA SOCIAL**— QUESTÃO 55 —**

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Federal n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993, ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, compete:

- (A) estabelecer regras para a implementação de novas ações da Assistência Social incluindo a certificação de entidade beneficente às instituições privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social.
- (B) apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.
- (C) acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de assistência social buscando normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social.
- (D) articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como com os demais responsáveis pelas políticas sócio-econômicas setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas.

— QUESTÃO 56 —

Segundo a Lei Municipal n. 8.248, de 19 de janeiro de 2004, cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social deliberar sobre

- (A) regras estabelecidas pelas entidades sem fins lucrativos da sociedade civil voltadas ao atendimento da assistência social.
- (B) critérios de referência de qualidade para entidades prestadoras de serviços assistenciais.
- (C) procedimentos a serem adotados pelas entidades que pleitearem registro nesse conselho.
- (D) políticas municipais relacionadas à assistência social resguardado ao que é competência desse conselho.

— QUESTÃO 57 —

De acordo com o parágrafo 3º do Art. 20 da Lei Orgânica da Assistência Social, é considerada incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 do salário-mínimo. Essa lei determina que

- (A) a remuneração da pessoa com deficiência, na condição de aprendiz, deverá ser desprezada para fins deste cálculo.
- (B) a contratação de um membro da família com deficiência como aprendiz, acarretará a imediata suspensão do benefício de prestação continuada.
- (C) as famílias que tiverem, entre seus membros, pessoa com deficiência como aprendiz, receberá um acréscimo de 20% ao benefício de prestação continuada.
- (D) o aprendiz cuja família já esteja sendo beneficiada pela assistência social, não poderá ser remunerado pela atividade.

— QUESTÃO 58 —

No Art. 23 da Lei Orgânica da Assistência Social, que trata dos serviços socioassistenciais, está previsto no parágrafo 2º, relativos à organização dos serviços da assistência social, que serão criados programas de amparo, entre outros:

- (A) ao adolescente em conflito com a lei.
- (B) às crianças e adolescentes vítimas de violência.
- (C) às crianças com dificuldade de aprendizagem.
- (D) às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

— QUESTÃO 59 —

De acordo com a Norma Operacional Básica da Assistência Social, constitui princípio do Sistema Único de Assistência Social:

- (A) universalidade, gratuidade, integralidade da proteção social, intersetorialidade, equidade.
- (B) intersetorialidade, resolutividade, gratuidade, autonomia e integralidade da proteção social.
- (C) gratuidade, transparência nas ações, intersetorialidade, universalidade e solidariedade.
- (D) equidade, resolutividade, garantia de acesso aos serviços, integralidade e solidariedade.

— QUESTÃO 60 —

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), existem dois níveis de proteção social, sendo eles:

- (A) a proteção social de baixa complexidade, executada nos Centros de Referência em Assistência Social; e a proteção social de alta complexidade, executada nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social.
- (B) a proteção social primária, executada nos Centros de Referência em Assistência Social; e a proteção social secundária, executada nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social.
- (C) a proteção social básica, executada nos Centros de Referência em Assistência Social; e a proteção social especial, executada nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social.
- (D) a proteção social para baixa vulnerabilidade, executada nos Centros de Referência em Assistência Social; e a proteção social para alta vulnerabilidade, executada nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social.